

***COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários
Municipais de Saúde da Bahia***



***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018***

***RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES***

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Demonstrações Contábeis e Financeiras

Em 31 de dezembro 2018

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Déficit	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social – Passivo a Descoberto	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações contábeis e financeiras

À Presidente do
Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia – COSEMS-BA
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis e financeiras do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia (“COSEMS-BA”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração do déficit, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis e financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do COSEMS-BA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o período findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis e financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis e financeiras correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente examinadas por nós, que emitimos relatório em 22 de janeiro de 2021, sem modificação da nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e financeiras.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis e financeiras

A Administração do COSEMS-BA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis e financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis e financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis e financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis e financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis e financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis e financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis e financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis e financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis e financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis e financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 31 de janeiro de 2021



AUDATE Auditores Independentes.
CRC-006063/O-0-BA

Paulo Sávio Lopes da Gama Alves
Contador-CRC-021923-BA

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro

(Em Reais, incluindo os centavos)

	<u>2.018</u>
ATIVO	
Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 04)	2.919,85
Total do Circulante	<u>2.919,85</u>
Não Circulante	
Imobilizado (Nota 05)	34.196,52
Total do Não Circulante	<u>34.196,52</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>37.116,37</u></u>
PASSIVO	
Circulante	
Fornecedores	8.641,94
Salários e Obrigações Sociais a Recolher (Nota 06)	18.155,34
Provisões (Nota 07)	53.519,48
Total do Circulante	<u>80.316,76</u>
Não Circulante	
Contingência (Nota 08)	259.172,00
Patrimônio Social – Passivo a Descoberto (Nota 9)	
Fundo Institucional	1,00
Doações para Investimentos	43.490,00
DéficitAcumulado	<u>(345.863,40)</u>
Total do Patrimônio Social	<u>(302.372,40)</u>
Total do Não Circulante	<u>(43.200,39)</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>37.116,37</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Demonstração do Déficit

Em 31 de dezembro

(Em Reais, incluindo os centavos)

	2.018
Receitas Operacionais	
Contribuições e Doações (Nota 11)	2.837.065,00
Receitas Financeiras	3.733,24
Receitas Brutas	2.840.798,24
Despesas Operacionais	
Pessoal(Nota 12)	(407.770,34)
Serviços Prestados (Nota 13)	(1.543.172,34)
Viagens e Estadias (Nota 14)	(703.943,32)
Gerais e Administrativas (Nota 15)	(502.135,44)
Financeiras (Nota 16)	(7.689,87)
Depreciações (Nota 05)	(7.005,82)
Total das Despesas Operacionais	(3.171.717,13)
Déficit do Exercício	(330.918,89)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social – Passivo a Descoberto

Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, incluindo os centavos)

	Valores em R\$			
	Fundo Institucional	Doação Para Investimentos	Déficit do Período	Patrimônio Social
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	1,00	43.490,00	(30.135,46)	13.355,54
Ajustes de exercícios anteriores			15.190,95	15.190,95
Déficit Apurado no Período			(330.918,89)	(330.918,89)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1,00	43.490,00	(345.863,40)	(302.372,40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro

(Em Reais, incluindo os centavos)

2.018

Recebimentos

Contribuições e Doações

2.837.065,00

Receita Financeira

3.733,24

Outras Receitas

3.924,11

Total dos Recebimentos

2.844.722,35

Desembolsos

Pessoal

(414.169,55)

Serviços Prestados

(1.507.734,91)

Gerais e Administrativas

(1.190.687,19)

Tributários

(16.247,53)

Financeiros

(4.048,16)

Investimentos

(8.320,19)

Total dos Desembolsos

(3.143.207,53)

Resultado Financeiro

(296.485,18)

Disponibilidade Inicial

299.405,03

Disponibilidade Final

2.919,85

Composição do Caixa e Equivalentes

Caixa

333,10

Bancos

118,45

Aplicações Financeiras

2.468,30

2.919,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Demonstração do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro

(Em Reais, incluindo os centavos)

	2.018
I – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Receitas	
Contribuições e Doações	2.837.065,00
	2.837.065,00
Insumos Adquiridos de Terceiros	
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e outros	(2.749.251,10)
Valor Adicionado Bruto	87.813,90
Retenções	
Depreciação	(7.000,82)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	80.808,08
Valor Adicionado Recebido em Transferência	
Receitas Financeiras	3.733,24
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.733,24
II – VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE	84.541,32
III – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Pessoal	
Remuneração Direta	297.158,09
Benefícios	1.283,40
FGTS	24.430,92
	322.872,41
Impostos, Taxas e Contribuições	
Previdência Social	81.844,09
PIS	3.053,84
	84.897,93
Remuneração de Capital de Terceiros	
Juros e Despesas Bancárias	7.689,87
	7.689,87
Resultados Retidos	
Déficit do Exercício	(330.918,89)
	(330.918,89)
IV – TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO/RETIDO	84.541,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

1. Informações gerais

O Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde (Cosems-BA), vinculado ao Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), é uma instância colegiada representativa dos gestores municipais de saúde do Estado da Bahia. Foi criado em 19 de setembro de 1991, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, durante o Encontro Estadual de Secretários Municipais de Saúde da Bahia.

O Ato Constitutivo da Entidade foi registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas em Camaçari, no dia 25 de outubro de 1991, com alterações registradas no Cartório do 1º. Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Salvador, em 03 de maio de 2008.

O Cosems-BA possui sede e foro na cidade de Salvador-BA e seus principais objetivos são:

- Deliberar acerca de diretrizes gerais de atuação dos Secretários Municipais de Saúde;
- Representar os Secretários Municipais de Saúde da Bahia junto a instituições, conselhos, assembleias ou reuniões de caráter municipal, estadual ou nacional;
- Lutar pela implementação do SUS-BA, participando na qualidade de representante dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia;
- Lutar pela autonomia dos municípios;
- Deliberar juntamente com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia-SESAB, sobre a gestão do Sistema de Saúde no Estado; e
- Apoiar o Conselho Estadual de Saúde no desenvolvimento de suas atividades.

O Conselho é composto por Secretários ou Dirigentes do setor municipal de saúde do Estado da Bahia, nomeados através de Decreto Municipal e quites com as obrigações financeiras junto a este Conselho.

São instâncias Deliberativas e executivas do Cosems-BA:

- Assembleia Geral;
- Conselho Estadual de Representantes Regionais;
- Diretoria Executiva.

A Diretoria Executiva é encarregada pela direção técnica, política, administrativa e financeira do Cosems-BA. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2017, foi eleita a Diretoria, que está constituída pela Presidente (Stela dos Santos Souza), Vice-Presidente (Hassan Jossef), Secretário Geral (Rodrigo Santos Matos), Secretário Geral - Suplente (Cristian Santos Santana), Secretário de Articulação Regional (Denise Lima Mascarenhas), Secretário de Articulação Regional – Suplente (Cynthia Lopes A. Marques), Secretário de Finanças (Jacqueline Silva do Bomfim), Secretário de Finanças – Suplente (Raquel Ferraz da Costa), Secretário de Informação, Educação e Comunicação (Pablo Campos Alves) e Secretário de Informação, Educação e Comunicação – Suplente (Edna Souza Alves Santos).

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão a seguir definidas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente, salvo quando indicado de outra forma.

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1) e também considerando os aspectos a serem observados por entidade sem finalidade de lucro, em conformidade com a ITG 2002, alterada pela ITG 2002 (R1) de 21 de agosto de 2015 – Entidades Sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME (R1) e a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Entidade são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. Apuração do déficit/superávit

A apuração de déficit/superávit é efetuada pelo regime de competência e seu modelo segue as práticas contábeis para associações sem fins lucrativos (ITG 2002 [R1] – Entidades sem Finalidade de Lucros), emanados do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em seu manual de procedimentos contábeis para entidades do terceiro setor.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentadas como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo.

2.6. Imobilizado

2.6.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação, com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado, não houve alienação de bens do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.6.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.6.3. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, controlados individualmente.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de apuração, em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais próximo para refletir o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente estão demonstradas abaixo:

Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

2.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

2.9. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A Entidade está em pleno gozo da imunidade tributária garantida pela Constituição Federal de 1988 e, portanto, nenhuma provisão para tributos a pagar vem sendo constituída, excetuando-se aos casos em que as receitas fogem às atividades imunes.

2.10. Recursos de convênio em execução

Os convênios são acordos celebrados com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB, órgão público vinculado ao Governo do Estado da Bahia, para realização de objetivos comuns, mediante formação de parceria com a COSEMS. Estes convênios são registrados pelos recursos repassados pela administração dessas entidades e recebidos dentro do exercício.

À medida que os gastos nos respectivos projetos são incorridos, estes são reconhecidos como dedução dos recursos recebidos, de forma que o seu resultado é apresentado pelo líquido ainda não gasto, que se constitui obrigação da Entidade para com as patrocinadoras, na execução dos projetos.

2.11. Patrimônio social

O patrimônio social é composto pelo superávit/déficit apurado em cada exercício, acrescido das doações para investimentos.

2.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos contratos de patrocinadores que a entidade possui ou recebimento de doações.

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

2.13. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

3. Riscos de liquidez

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos financeiros: Riscos de Crédito, de liquidez e de Mercado. A Entidade não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

3.1. Riscos de crédito

A Administração não define políticas de créditos, em virtude de não existirem operações que dependam dessas definições.

Por outro lado, com objetivo de minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura aplicar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa exposição máxima de crédito. Essa exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Exposição máxima do risco do crédito	Nota	Valores em R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	2.919,85
		2.919,85

3.2. Riscos de liquidez

Risco de liquidez representa a possibilidade do descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A Administração adota como política, a manutenção de níveis de liquidez adequados, para garantir que a Entidade possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades financeiras à medida que surgirem.

Em 2018 a Entidade apresentou um déficit econômico (329.171,56) e um déficit financeiro (296.485,18) no exercício. As receitas totais recuaram 23% em relação ao resultado econômico do exercício anterior, não sendo acompanhadas com a redução das despesas totais que recuaram somente 17% causando esse impacto econômico e financeiro na Entidade,

Essa desproporção econômica e financeira da Entidade a levou a um passivo a descoberto de 300,6 mil neste exercício.

Riscos de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras, que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram, permanentemente, os riscos a que a Entidade está sujeita.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades (SWOT), como base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da mesma e o exercício de 2018 acendeu o alerta vermelho para que a Entidade mantenha os níveis de equilíbrio econômico e financeiro nos exercícios financeiros subsequentes.

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

3.3. Riscos de taxas de Juros

Este risco decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas em função de oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca minimizar o risco com a captação de recursos em termos de taxas pré e pós-fixadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>R\$</u>
<u>Ativo Circulante</u>	
Caixa (i)	333,10
Bancos (ii)	118,45
Aplicações Financeiras (iii)	2.468,30
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>2.919,85</u>

- (i) O Caixa foi constituído para pagamento de pequenas despesas corrente.
- (ii) O COSEMS-BA controla a movimentação dos recursos financeiros recebidos, decorrentes dos repasses da CONASEMS, doações, receitas financeiras e outras receitas operacionais, em conta corrente bancária específica para essas fontes de recursos.

Esses recursos são utilizados para o financiamento dos gastos operacionais, e movimentaram R\$ 2.844,7 mil no período findo em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado abaixo.

- (iii) As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, de alta liquidez. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos prefixados e pós-fixados, remunerados à taxa média entre 4,4 e 7,3%a.a. Os recursos estão aplicados em instituições de primeira linha como forma de mitigar dos riscos.

O COSEMS realiza a gestão e o controle das operações financeiras por fonte de recursos, através de planilhas eletrônicas, de forma integrada com a contabilidade. O controle contábil, bem como a elaboração da folha de pagamento, apuração de impostos e contribuições são terceirizados a uma organização contábil, que realiza seu trabalho fora das dependências da Entidade.

Projeto Institucional

A seguir estão demonstrados os Fluxos de Recebimentos e Desembolsos, realizados no exercício, por fonte de recursos. Essa demonstração foi elaborada com base no fluxo de recebimentos e desembolsos, executados no período findo em 31 de dezembro de 2018:

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

Demonstração do Fluxo de Caixa Institucional, relativo ao período findo em 31.12.2018:

	Demonstração da Movimentação das Disponibilidades, Líquidas em 31.12.2018		
	Em R\$		
	Fundo Institucional	Outras Fontes	TOTAL
RECEBIMENTOS			
Contribuições do Conasems	2.832.065,00	-	8.832.065,00
Doações para Congresso	5.000,00	-	5.000,00
Rendimentos de Aplicações	3.618,62	114,62	3.733,24
Empréstimos e Amortizações	(26.519,81)	26.519,81	-
Outras Receitas	3.924,11	-	3.924,11
Total dos Recebimentos	2.818.087,92	26.634,43	2.844.722,35
DESEMBOLSOS			
Pessoal	(414.169,55)	-	(414.169,55)
Serviços Prestados	(1.478.346,41)	(29.388,50)	(1.507.734,91)
Administrativas	(1.165.215,41)	(25.471,78)	(1.190.687,19)
Financeiras	(4.017,15)	(31,01)	(4.048,16)
Tributos	(14.079,69)	(1.767,84)	(16.247,53)
Investimentos	(6.160,16)	(2.160,00)	(8.320,19)
Total dos Desembolsos	(3.082.388,40)	(58.819,13)	(3.141.207,53)
Déficit financeiro	(264.300,48)	(32.184,70)	(296.485,18)
Disponibilidade inicial	266.903,98	32.501,05	299.405,03
Disponibilidade final	2.603,50	319,35	2.919,85
Composto por:			
Caixa	333,10	-	333,10
Bancos	-	118,45	118,45
Aplicações Financeiras	2.270,40	197,90	2.468,30
Disponibilidades	2.603,50	316,35	2.919,85

As contas correntes são específicas para cada fonte, conforme abaixo demonstrado:

Contas	Banco				Em R\$
		Caixa	Banco	Aplicação	TOTAL
Em mãos		333,10	-	-	333,10
Institucional Contrib.	B. Brasil	-	-	2.270,40	2.270,40
Doações	B. Brasil	-	118,45	197,90	316,35
TOTAL GERAL		333,10	118,45	2.468,30	2.919,85

O Fundo Institucional (conta corrente nº 4435-0) está composto pelos recursos provenientes da CONASEMS, auferidos e aplicados ao longo do tempo de operação da Entidade.

Os gastos ocorridos na conta corrente nº 48683-3 foram decorrentes de saldos a pagar do Congresso realizado em 2017.

5. Imobilizado

O ativo imobilizado do COSEMS-BA foi constituído ao longo de sua existência, com recursos recebidos do CONASEMS e OPAS, para investimentos.

Em 1º de janeiro de 2014 a Entidade efetivou o controle patrimonial dos bens adquiridos até a data, reconhecendo os valores históricos dos bens inventariados em contas segregadas, para controle contábil. Em 31 de dezembro de 2018 o ativo imobilizado está demonstrado conforme segue:

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

Composição dos saldos em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Em Reais</u>
Veículos	43.490,00
Móveis e Utensílios	17.543,52
Máquinas e Equipamentos	5.212,50
Computadores e Periféricos	28.230,75
	<u>94.476,77</u>
Depreciação Acumulada	(60.280,25)
Total do Imobilizado	<u>34.196,52</u>

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A Entidade reconhece o desgaste natural de seus bens através do cálculo da depreciação pelo método linear, a taxas utilizadas pelo mercado, que no período findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 7.005,82.

Em 27 de outubro de 2011, a entidade adquiriu um veículo chevrolet Agile Ltz 1.4 Flex, com recursos de Convênio, tendo pago R\$ 43.490,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e noventa reais). O valor desse ativo teve como contra partida a conta de Reserva para Investimentos, no Patrimônio Líquido, tendo em vista que o veículo foi repassado para a Entidade, conforme previsto em cláusula contratual do Convênio.

A movimentação das contas do ativo imobilizado está a seguir demonstrada:

	<u>Em Reais</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	27.907,93
Adições	8.320,19
Ajuste da depreciação de exercícios anteriores	4.974,21
Depreciação do Exercício	(7.005,82)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>34.196,52</u>

6. Salários e obrigações sociais a recolher

Os valores relativos às obrigações sociais e trabalhistas, apresentados no passivo circulante, estão a seguir demonstrados e correspondem aos encargos com FGTS, IRRF e PIS sobre a folha de pagamento da Entidade, incorridos e não pagos em 31 de dezembro de 2018.

	<u>RS</u>
Encargos Previdenciários - INSS	12.029,38
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	5.058,25
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	766,79
Programa de Integração Social – PIS	300,92
Total de Obrigações Sociais a Recolher	<u>18.155,34</u>

7. Provisões

Em 31 de dezembro de 2018 foi constituída a provisão para cobrir o período aquisitivo de férias a pagar aos colaboradores da Entidade, incluindo os encargos com INSS, FGTS e PIS sobre essas provisões, distribuídos conforme a seguir demonstrado:

	<u>RS</u>
Remuneração de férias	39.410,56
INSS sobre férias	10.562,03
FGTS sobre férias	3.152,80
PIS sobre férias	394,09
Total de Provisões	<u>53.519,48</u>

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

8. Contingências

A Entidade vem optando pelo não recolhimento do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social patronal e o IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, incidentes sobre os serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas não optantes pelo MEI ou SIMPLES Nacional. Abaixo estão demonstrados os efeitos dessas contingências em 31/12/2018.

	<u>RS</u>
INSS sobre serviços prestados	222.275,41
IRRF sobre serviços tomados	14.306,59
Impostos federais sobre a receita eventual de patrocínio	22.590,00
Total de Contingências	<u>259.172,00</u>

9. Patrimônio Social – Passivo a Descoberto

A movimentação do Patrimônio Social no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está a seguir demonstrada:

	<u>RS</u>
Patrimônio Social em 1º de janeiro de 2018	13.355,54
Ajustes de exercícios anteriores	15.190,95
Déficit do Período	(330.918,89)
Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2018	<u>(302.372,40)</u>

10. Partes Relacionadas

A Entidade não possui saldo com partes relacionadas e seus dirigentes não são remunerados.

11. Contribuições e Doações

Nesta rubrica encontram-se registrados os recursos recebidos dos repasses mensais de Contribuições feitas pela CONASEMS em 2018, provenientes do Fundo Nacional de Saúde – FNS, bem como doações de terceiros (5.000,00).

Esses recursos foram recebidos pelo COSEMS-BA, mediante depósitos em contas correntes bancárias mantidas para esse fim no respectivo período (vide contas destino na Nota 04).

12. Pessoal

Gastos realizados com salários, encargos sociais e benefícios, aplicados para manutenção da estrutura de pessoal do COSEMS-BA.

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

Composição do saldo dos gastos com pessoal em 31 de dezembro de 2018:

<u>Descrição dos Gastos</u>	<u>Em R\$</u>
Salários e Honorários	252.415,87
Férias	3.994,21
13º Salário	40.748,01
Total de Salários	297.158,09
INSS	81.844,09
FGTS	24.430,92
Programa de Integração Social – PIS	3.053,84
Vale Transporte	1.283,40
Total de Encargos Sociais	110.612,25
Total das Despesas com Pessoal	407.770,34

A estrutura de pessoal do COSEMS-BA está composta por colaboradores contratados no regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), combinado com serviços prestados por pessoas físicas, denominados apoiadores, que executam seus serviços nos diversos municípios do Estado.

A Entidade não vem recolhendo os encargos de INSS e IRRF sobre esses serviços (Nota 08).

Segue a relação dos colaboradores registrados e apoiadores:

<u>Nome</u>	<u>Admissão</u>	<u>Afastamento</u>
<u>Empregados Registrados CLT:</u>		
Leonel de Souza Morgado Junior	01/03/2011	-
Adilson Silva Santos	01/06/2011	-
Maria Luiza Leitão Campelo	19/10/2015	-
Aurimar Ribeiro de Souza	01/11/2015	-
Thaís Gaspar dos Reis Ferreira	01/07/2018	-
Everacy Lima da Silva	01/09/2017	-
JounesAntonio Barbuda Junior	02/01/2020	-
<u>Serviços Prestados por Pessoa Física – APOIADORES</u>		
Clecio pereira Lima	01/05/2017	-
Katia Nunes Barreto de Brito	01/02/2015	-
Rosangela Oliveira Santos de Almeida	01/02/2015	-
Flavia Priscilla Oliveira de Araujo	01/05/2015	-
Aldecy de Almeida Bezerra	01/07/2015	-
Luciene da Silva Nascimento	01/07/2015	-
Raquel Ferraz da Costa	01/10/2015	-
Verônica Barreto Araujo de Moura	01/02/2015	-
Manoel Henrique de Miranda Pereira	03/04/2017	-
Jeane Araújo de Medeiros	01/09/2016	-
Joselma da Silva Alves	01/12/2016	-
Janaina Vasconcelos Rocha	01/05/2016	-
Carmino Eduardo Pereira	01/01/2017	-
Edraci de Andrade Alves	01/02/2017	-
Fernanda Candido Ludgero	01/07/2017	-
Isadora Oliveira Maia	17/01/2017	-
Luciane Vasconcelos dos Santos Lirio	01/07/2017	-
Maria Aparecida Teixeira Dias	01/06/2017	-
Mario Victor do Bomfim Oliveira	01/09/2017	-
Patrícia Karla Dourado do Nascimento	01/07/2017	-
Ana Carolina Parada Gonçalves Chagas Gusmão	1/11/2018	-
Josethe Cleria Vieira Rodrigues	01/03/2018	-

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

13. Serviços Prestados

Gastos com pagamentos realizados a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de serviços prestados ao COSEMS-BA, conforme abaixo demonstrado:

<u>Descrição dos Gastos</u>	<u>R\$</u>
Assessoria Técnica	108.754,17
Consultoria	1.083.022,68
Assessoria de Comunicação	207.800,00
Assessoria Jurídica	86.600,00
Assistência Contábil	53.242,00
Serviços Prestados por Pessoa Física	3.753,49
Total das Despesas com Serviços Prestados	1.543.172,34

14. Viagens e estadias

Gastos com viagens e estadias, pagas com recursos dos financiadores da estrutura, para cumprimento dos objetivos sociais, conforme abaixo relacionados:

<u>Descrição dos Gastos</u>	<u>R\$</u>
Passagens Aéreas	320.516,82
Alimentação	153.584,01
Hospedagem	120.925,69
Diárias	94.304,03
Transporte	14.612,77
Total das Despesas com Viagens e Estadias	703.943,32

15. Gerais e administrativas

Estes são gastos necessários para manutenção da estrutura operacional do COSEMS-BA:

<u>Descrição dos Gastos</u>	<u>R\$</u>
Congressos e Eventos	102.937,70
Combustível	94.667,90
Comunicação	82.854,25
Impostos, Taxas e Contribuições	77.297,70
Transporte	36.493,59
Aluguéis e Arrendamentos	24.219,10
Manutenção e Reparos	17.043,02
Manutenção de Veículos	16.854,79
Serviços Gráficos	13.642,66
Manutenção de Informática	12.357,88
Alimentação	5.820,25
Seguros	5.791,67
Brindes	4.265,00
Materiais de Uso e Consumo	3.163,10
Outras Despesas	2.949,83
Total das Despesas Gerais e Administrativas	502.135,44

COSEMS-BA – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras
Período Findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, incluindo os centavos)

16. Financeiras

Referem-se, basicamente, aos gastos com tarifas bancárias (R\$ 5.836,39), IOF sobre aplicações (R\$ 1.038,41), IRRF sobre operações financeiras de (R\$ 815,07), perfazendo um total de R\$ 7.689,87.

17. Cobertura de seguros

Em 13 de setembro de 2018 foi emitido certificado de seguro para o veículo Ágile Ltz 1.4 Flex, adquirido em 2011 (Nota 05), tendo em vista que o mesmo foi recuperado, com vigência entre 5 de setembro de 2018 e 5 de setembro de 2019.

Em 7 de dezembro de 2017 foi renovada a apólice de seguro do veículo Chevrolet S10 Pickup Lt 2.8 TDI 4x4, de 2014, cabine dupla, adquirido por R\$ 126 mil, com vigência entre 29 de novembro de 2017 e 29 de novembro de 2018, renovada novamente pelo prazo de um ano.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

18. Aspectos fiscais

Os registros e operações da Entidade estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

19. Isenção de IRPJ

O COSEMS-BA, por sua finalidade e objetivos (CF, art. 150, inciso VI, alínea “c”) e por atender ao disposto no Artigo 170º do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), editado pelo Decreto nº 3.000, de 26.03.99, não está sujeita ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica sobre as doações e contribuições auferidas. A Entidade apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ Isenta.

xxx